

Apesar dos avanços, apenas 20% das seguradoras brasileiras já internalizaram os Princípios de Sustentabilidade em Seguro no negócio

A agenda da Susep para 2017 relacionada ao tema da Sustentabilidade deve focar na identificação dos impactos das mudanças climáticas nos ativos das seguradoras, inclusive nos títulos soberanos. “Se uma empresa, por exemplo, investe fortemente em ações de petróleo e gás em um mundo com tendência de transição para economia de baixo carbono, essas ações valerão menos a longo prazo”, exemplificou a secretária Geral da Susep, Natalie Hurtado.

Além disso, a Susep também pretende aprofundar o entendimento sobre como o setor se prepara para lidar com mitigação de desastres ambientais e sobre quais ações vêm sendo realizadas junto a consumidores, participantes e fornecedores relacionadas à questão.

A inclusão financeira e do seguro, bem como as ações que governos e reguladores podem empreender para proteger as populações de baixa renda também estão no radar da Superintendência. “A preocupação com a sustentabilidade não é apenas uma questão moral, mas de sobrevivência do negócio”, concluiu Natalie, que nos dias 1º e 2 de dezembro, participou, junto com a analista da área internacional da Superintendência, Denise Mantovani de Felipe, da primeira edição do Fórum de Seguro Sustentável (SIF, na sigla em inglês), em São Francisco-EUA, organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em parceria com o Departamento de Seguros do estado da Califórnia.

Além da Susep, o evento contou com a participação de representantes de órgãos reguladores do seguro da França, Gana, Jamaica, Marrocos, Holanda, Singapura, Reino Unido e estado da Califórnia, tendo sido organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em parceria com o Departamento de Seguros do estado da Califórnia.

Com o objetivo de debater os desafios e oportunidades relacionados à sustentabilidade no negócio do seguro pela perspectiva dos reguladores, o Fórum de Seguro Sustentável é uma ação de duas das iniciativas globais relacionadas ao meio-ambiente da ONU: Os Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI) e o Inquérito sobre o Desenho de um Sistema Financeiro Sustentável (Inquiry).

Mas apesar de o Brasil ser o país com maior número de empresas seguradoras signatária aos PSI, contando inclusive com a adesão de seu órgão regulador e sua confederação setorial, colocando-nos à frente de todos os demais países em desenvolvimento, a secretária Geral da Susep acredita que ainda temos muito a avançar em relação à inclusão das questões Ambiental, Social e de Governança (ASG) no negócio, tanto por parte dos reguladores, quanto pelas empresas.

“No Brasil, apenas 20% das empresas do setor já internalizaram os Princípios de Sustentabilidade em Seguro no negócio. Já no estado da Califórnia, por exemplo, a proporção é inversa, com 80% já tendo internalizado e 20%, não”, afirmou Natalie, que também apontou algumas outras ações já empreendidas por alguns países/estado (nos EUA, cada estado tem seu regulador), como testes de stress vislumbrando os riscos ASG, pesquisas periódicas para avaliar o nível de incorporação das questões ASG ao negócio e a produção de relatórios destinados aos acionistas e sociedade em geral sobre a atenção às questões ASG nos processos de subscrição e investimento.

Mas mesmo entre aqueles países preocupados com as questões de sustentabilidade, o foco varia de acordo com os riscos a que estão mais expostos. No caso do acúmulo de CO2 na atmosfera, por exemplo, a preocupação brasileira passa mais pela questão do desmatamento que pela emissão do gás de efeito estufa. Outra preocupação brasileira relaciona-se ao baixo nível de cobertura securitária e de fiscalização em projetos de infraestrutura com forte potencial de gerar impactos ambientais, afirmou ela.

E para aprofundar o entendimento sobre como as empresas do mercado segurador brasileiro estão se preparando estrategicamente para lidar com os impactos das questões ASG em seus negócios, a Susep realizou no início de novembro uma pesquisa eletrônica que, em uma primeira avaliação, identificou que essa preparação ainda é muito incipiente. Preparação, até então, incipiente também por parte da Susep, como admitiu Natalie, mas, ainda assim, superior à de alguns países que compareceram ao Fórum, “quando tiveram contato com o tema pela primeira vez, tendo ficado, então, alertados sobre os impactos que o tema terá necessariamente nos negócios a curto, médio e longo prazos”, ressaltou.

Entre fevereiro e março de 2017, a autarquia deve divulgar uma avaliação mais detalhada da pesquisa, com análises mais segmentadas, discriminando empresas signatárias e não signatárias aos PSI; empresas de pequeno, médio e grande porte; empresas nacionais e estrangeiras, entre outros recortes possíveis.

Questionada sobre como, mesmo diante de todo o debate em torno das questões ambientais e das mudanças climáticas, tantas empresas ainda não as consideram como impactantes do negócio, a secretária Geral da Susep afirmou que parte desse imobilismo vem, não da falta de consciência, mas da ineficiência de alguns processos. Além disso, segundo ela, excetuando-se as maiores empresas, que são mais proativas, o mercado, de um modo geral, é reativo, assim com a própria Susep, muitas vezes dependente de leis ou acordos internacionais para agir. Por fim, a crise pela qual o Brasil atravessa também pode contribuir para isso, com as seguradoras voltadas às questões mais urgentes e de curto prazo, relevando as questões mais macro para segundo plano.

Mas para tentar reverter esse quadro, Natalie e Denise voltam ao Brasil trazendo o dever de casa para a Susep. E, entre os primeiros passos, seguindo a agenda acordada em São Francisco, devem pensar em formas de dar mais publicidade às ações de sustentabilidade nas empresas. Para isso, pensam, inclusive, em palestras e workshops em parceria com a CNseg.

Fonte: [CNseg](#), em 09.12.2016.